São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,50 | Sexta-feira, 13 de setembro de 2024 | Edição N º 1113

datamercantil.com.br

Paulistano encara umidade de deserto e foge de ponto de ônibus para não se queimar

A falta de proteção contra calor e tempo seco marcou a realidade dos paulistanos nesta quinta-feira (12), que teve sol quente, baixa qualidade do ar e pontos com umidade comparável ao deserto do Saara.

Segundo o CGE (Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas) da Prefeitura de São Paulo, as regiões norte e central da cidade são as mais críticas na semana quanto à umidade do ar. Nelas, a reportagem aferiu com um termo-higrômetro digital temperatura de até 45°C e umidade do ar que ficou entre 10% e 16%, similar ao encontrado na região africana, cujo índice varia de 14% a 20%.

Segundo o Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia), a temperatura na cidade chegou a 33,9°C e a umidade ficou em 22°C.

Na praça Doutor João Batista Vasques, no Jaçanã (zona norte), a auxiliar de limpeza Débora Custódio, 38, criticou o ponto de ônibus sem cobertura ou proteção contra o sol.

"É um ponto de vidro que não protege nada. Às vezes o ônibus demora para vir. Ou a gente fica torrando no sol no ponto ou vem para sombra", afirma ela, que relatou ter amanhecido com sangramento pelo nariz por causa do clima.Assim como Débora, outras pessoas que esperavam a lotação preferiram ficar em pé em busca da sombra das árvores, desprezando o abrigo de ônibus.

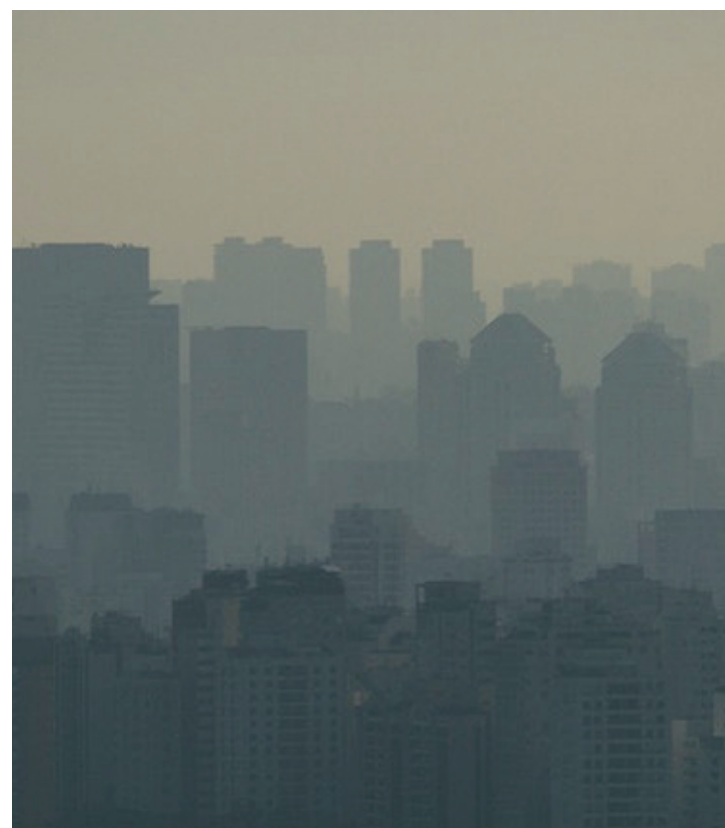
No local, a reportagem registrou, próximo às 15h, temperatura de 44°C, com 10% de umidade.

A auxiliar administrativa Ana Clara Lima, 20, foi uma das poucas que encararam o banco aquecido pelo sol. Tomando um sorvete, ela disse que tem tentado melhorar os efeitos da onda de calor com refresco e água gelada.

A mãe dela precisou ir nesta semana ao médico por causa de uma tosse persistente, possivelmente relacionada à fumaça que se espalha por São Paulo, contou.

Na rua 25 de Março, tradicional reduto do comércio popular no centro, a temperatura chegou a 45°C e umidade entre 11% e 16%, por volta de meio-dia.

Nela, umidificadores, garrafas d'água e ventiladores de mesa estão entre os objetos mais vendidos nesta semana segundo alguns comerciantes.

Folhapress

Economia

Inflação desacelera para todas as faixas de renda em agosto

Página - 03

Horário de verão preserva sistema elétrico, mas economia para consumidor é pequena, dizem especialistas

Página - 03

Yolo Bank, fintech para frear inadimplência universitária, capta pré-seed de R$ 3 milhões

Página - 05

Novato na Faria Lima, banqueiro de 40 anos chama atenção por aquisições em série

Pág - 05

Política

Proposta de reforma do IR está agora com o presidente Lula, diz Haddad

Página - 04

Nunes marca 27% entre os mais pobres, Boulos tem 21%, e Marçal, 13%, aponta Datafolha

Página - 04

No Mundo

EUA e China disputam influência com tropas em exercício militar no Brasil

A presença de tropas da China e dos Estados Unidos na Operação Formosa, exercício militar da Marinha do Brasil, teve rivalidade nos bastidores e esforço para evitar constrangimentos.

Essa é a primeira vez que militares das duas potências rivais participaram juntos de simulações de conflitos no Brasil.

O ineditismo se tornou viável diante da tentativa de Pequim de ampliar a cooperação militar com o Brasil desde o início do terceiro mandato de Lula (PT) e da resposta dos EUA para tentar evitar o crescimento da influência chinesa na América do Sul.

A China participou pela primeira vez da Operação Formosa em 2023, apenas como observadora. Era um contingente pequeno, sem tropas armadas.

Os americanos souberam com antecedência da vinda dos chineses e decidiram dar um passo à frente: enviaram parte de uma tropa para aumentar a participação na simulação do ano passado.

Numa disputa silenciosa, a China decidiu neste ano enviar uma tropa de 32 marinheiros especializados em operações especiais para o exercício. Washington, em reação, aumentou o efeito enviado a Formosa (GO) para 62 fuzileiros navais.

Chefe das tropas americanas na operação, o tenente-coronel Brandon Ward afirmou à Folha que o objetivo da participação dos EUA era reforçar a aliança com a Marinha brasileira.

"Entendemos que outros países têm objetivos diferentes. O nosso é estreitar os laços com a Marinha porque nós queremos ter uma relação forte da América do Norte com a América do Sul, para que possamos trabalhar juntos em qualquer crise que vier", disse Ward.

As autoridades chinesas que participaram da operação não tiveram autorização de Pequim para se manifestar.

Cézar Feitoza/Folhapress

Republicanos pedem que Trump aceite novo debate contra Kamala

Aliados do candidato republicano Donald Trump têm se posicionado de maneira favorável à participação do ex-presidente em um novo debate contra Kamala Harris.

"Perdemos muitas oportunidades", diz senador. Ao site The Hill, Thom Tillis defendeu que Trump participe de um novo debate, alegando que "faz muito mais sentido, em vez de falar de cães e gatos, falar de 1,5 milhões de fugas", disse ele, em referência a imigrantes que entraram nos Estados Unidos ilegalmente, fugindo da polícia da fronteira. "Acho que seria uma oportunidade. Se eu estivesse na posição de Trump, participaria [de novo debate]", complementou o senador Rick Scott.Outros republicanos defendem debate apenas em "ambiente conservador". "Eu nunca mais debateria em um ambiente liberal", disse o também republicano Markwayne Mullin, que defendeu que se houver um próximo debate, deve ocorrer em alguma rede como a Fox News, de linha editorial conservadora.

Em coletiva, Trump disse que Kamala queria "revanche" por "ter ido mal". "Vamos analisar, mas eles querem um segundo debate porque perderam" disse o ex-presidente. Em postagem no Truth Social, sua rede social, Trump complementou: "Ela foi espancada violentamente ontem à noite [...] Então, por que eu faria uma revanche?".

Na manhã desta quarta, ex-presidente disse estar "menos inclinado" a novo encontro. Durante participação no programa "Fox & Friends", da Fox News, Trump foi questionado sobre a possibilidade de um novo encontro, e afirmou que "estaria menos inclinado" a outra participação. No mesmo programa, o republicano afirmou que o debate na ABC News foi "manipulado" contra ele, mas que mesmo assim "teve uma ótima noite".

Thiago Bomfim/Folhapress

Rússia derruba 2/3 da capacidade energética da Ucrânia

A Guerra da Ucrânia já comprometeu 2/3 da capacidade de produção energética do país invadido por Vladimir Putin em 2022, e uma nova onda de ataques ao sistema ameaça provocar um êxodo de grandes cidades no inverno.A conta é da Ukrenergo, a estatal de energia do país, e inclui subestações destruídas ou com operação reduzida, além da tomada da usina nuclear de Zaporíjia pelos russos, que tirou de uma só vez 24% da geração do país.

Só nesta quinta (12), a Rússia lançou 64 drones contra o vizinho, que disse ter derrubado 44 deles. Os que passaram e os destroços dos abates, contudo, provocaram apagões em três regiões, além de terem ferido 14 pessoas em Sumi, no norte do país.

A ação faz parte da escalada promovida por Moscou nas três últimas semanas, que viram o maior ataque aéreo contra o país na guerra e diversos bombardeios pontuais. Os ucranianos revidaram com suas duas maiores ofensivas com drones também, com efeitos limitados.

Os populares canais de alerta de ataques aéreos, que complementam as sirenes para avisar moradores a procurar abrigo, agora trazem também as previsões de blecaute programados para reconstrução da rede e economia de energia. Nesta quinta, eles indicavam que nove grades cidades, incluindo Kiev e Kharkiv, primeira e segunda mais populosas, respectivamente, ficaram parcialmente sem eletricidade das 13h à meia-noite. Outras nove regiões também seriam afetadas.

"É um inferno. No inverno, não sei como será, talvez tenha de ir para a Polônia", disse por mensagem Anton Djuba, um professor de inglês de Kharkiv. Ele já saiu do país no começo da guerra, incluindo o contingente de 6,2 milhões de ucranianos que, segundo a ONU, fizeram o mesmo rumo a vizinhos europeus.

Igor Gielow/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária *Fazemos parte da*

Inflação desacelera para todas as faixas de renda em agosto

A inflação desacelerou para todas as classes de renda em agosto na comparação com julho deste ano. Para as famílias de renda muito baixa, ela recuou de 0,09% para -0,19% no mês passado. Para as famílias de renda alta, que registraram aumento de 0,80% em julho, o resultado de agosto ficou em 0,13%. Os dados são do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, divulgado na quinta-feira (12) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Todas as classes de renda apresentaram desaceleração da inflação acumulada em 12 meses. As famílias de renda muito baixa tiveram a menor inflação acumulada no período (3,72%), enquanto a faixa de renda alta anotou o percentual mais elevado (4,97%).

Os grupos alimentos e bebidas e habitação foram os principais pontos que influenciaram a queda inflacionária para praticamente todos os segmentos de renda. As deflações registradas em setores importantes - cereais (-1,3%), tubérculos (-16,3%), hortaliças (-4,5%), aves e ovos (-0,59%), leites e derivados (-0,05%) e panificados (-0,11%) - provocaram um forte alívio inflacionário, especialmente para as famílias de menor poder aquisitivo, visto que a parcela proporcionalmente maior do seu orçamento é gasta com a compra desses bens.

Em relação à habitação, a queda de 2,8% nos preços de energia elétrica – refletindo o retorno da bandeira tarifária verde e das reduções tarifárias em algumas capitais – contribuiu para diminuir a inflação em agosto.

No caso das famílias de renda alta, mesmo com a deflação dos alimentos, da energia e a queda de 4,9% nos preços de passagens aéreas, o reajuste de 0,76% das mensalidades escolares fez com que o grupo educação exercesse forte contribuição para a inflação dessa classe.O aumento dos planos de saúde (0,61%), dos serviços médicos e dentários (0,72%) e das despesas pessoais (0,25%) também ajuda a explicar esse quadro de pressão inflacionária nos segmentos de renda mais elevada, em agosto. ABR

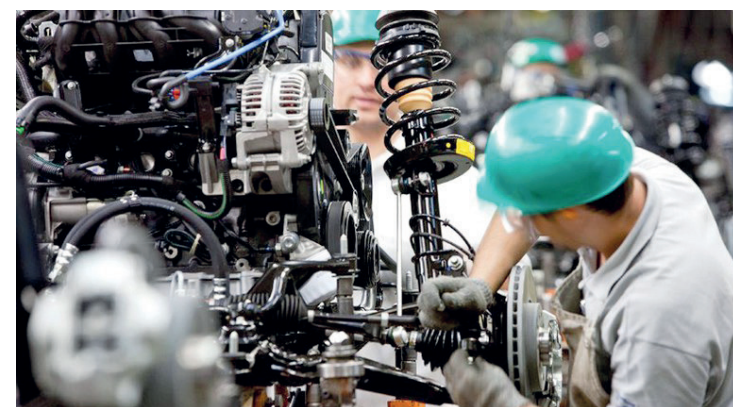
Indústria cria menos vagas de trabalho, mas paga salários mais altos

A indústria, o setor que paga os maiores salários médios aos trabalhadores brasileiros com carteira assinada, foi o segmento produtivo que menos criou vagas de emprego formais ao longo do ano passado. A informação consta dos dados preliminares da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2023, divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nesta quinta-feira (12).

No geral, os cinco principais setores econômicos registraram crescimento dos vínculos formais, com a criação de 1.511.203 postos de trabalho. Agora, o estoque de empregos formais no setor privado passou de 42.957.808 milhões, em 31 de dezembro de 2022, para 44.469.011 milhões no fim do ano passado, uma variação positiva de 3,5%.

O resultado foi puxado pela construção civil, que ampliou em 181.588 (6,8%) o número de vínculos formais no mesmo período. No segmento de serviços foram criadas 962.877 vagas, um resultado 4,8% superior ao de 2022. O comércio cresceu 2,1%, com 212.543 vínculos, e a agropecuária cresceu 1,9%, com 33.842 vínculos, enquanto a indústria registrou um incremento de 121.318 vínculos, crescimento de 1,4%.

“O segmento com maior salário médio permanece sendo a indústria, com R$ 4.181,51, seguida por serviços (R$ 3.714,89); construção civil (R$ 3.093,97); comércio (R$ 2.802,51) e agropecuária (R$ 2.668,58)”, disse a subsecretária nacional de Estatística e Estudos do Trabalho, Paula Montagner, destacando que, na média, os salários pagos aos trabalhadores formais na iniciativa privada subiram 3,6%, já considerando a inflação do período, passando de R$ 3.390,58 para R$ 3.514,24.

Alex Rodrigues/ABR

Horário de verão preserva sistema elétrico, mas economia para consumidor é pequena, dizem especialistas

O horário de verão, que voltou ao radar do governo Lula como medida para tentar evitar o racionamento de energia, traz alívio para o sistema elétrico, mas pode ter pouco impacto para o bolso dos consumidores, segundo especialistas e associações do setor consultados pela reportagem.

Extinto em 2019, durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), a retomada do programa seria uma alternativa para enfrentar a seca extrema no país.

“O horário de verão não interfere no valor da conta de energia, ou no valor da tarifa. A conta ficará mais barata somente se o consumidor economizar no uso de equipamentos elétricos. A economia no consumo de energia com o horário de verão é residual. O principal objetivo é a preservação do sistema elétrico, que é bastante exigido no horário de pico de consumo (ou de demanda de energia)”, afirma, em nota, Alexei Vivan, diretor presidente da ABCE (Associação Brasileira das Companhias de Energia Elétrica) e presidente do SindiEnergia.

Vivan diz que, com o aumento das fontes de geração de energia eólica e solar, que costumam ter redução ao final do dia, a medida também passa a fazer mais sentido.

Segundo Fernando Teixeirense, diretor de relações institucionais e comunicação da Abrace (Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres), o programa serve para amenizar o horário de pico, quando muita gente volta do trabalho e está usando do chuveiro, ar-condicionado, entre outros utensílios domésticos. “O horário foi criado para dar um respiro ao sistema no horário de pico do consumo”, disse.

Marco Delgado, ex-diretor de regulação da Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), diz que, como a carga de consumo fica mais pesada das 18h às 21h e os reservatórios das hidrelétricas estão em níveis muito baixos, a retomada poderá trazer efeitos ambientais e tarifários favoráveis, com a tendência de redução no uso de termelétricas, que são mais caras para a geração de energia e mais poluentes.

Folhapress

Política

Proposta de reforma do IR está agora com o presidente Lula, diz Haddad

O ministro Fernando Haddad afirmou nesta quinta-feira (12) que está nas mãos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o avanço da reforma do IR.

Segundo Haddad, a equipe econômica já apresentou alguns cenários possíveis ao chefe do Executivo para o cumprimento da promessa eleitoral de correção da faixa de isenção do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física) para R$ 5.000. O valor atual é de dois salários mínimos (R$ 2.824).

"O presidente encomendou da área da Fazenda estudos que permitissem chegar no último ano do seu governo à cifra de R$ 5.000 [de faixa de isenção] e nós apresentamos alguns cenários. Só posso falar [quais] quando ele [Lula] validar um dos cenários, que aí é proposta oficial do governo federal", disse Haddad durante participação no programa "Bom Dia, Ministro".

Sem antecipar quais são as medidas em estudo, o ministro mostrou otimismo com um dos planos desenhados. "Me parece muito consistente a proposta formulada pela área técnica, pelo menos um dos caminhos oferecidos parece bastante promissor do ponto de vista econômico e do ponto de vista político", afirmou Haddad.

De acordo com o chefe da equipe econômica, Lula deve apresentar a proposta para outros ministros "assim que entender conveniente" e deve "bater o martelo em algum momento em um futuro próximo".

Como mostrou a Folha de S.Paulo, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, antecipou que a reforma da renda deverá ser dividida em etapas, sendo o primeiro projeto voltado à pessoa física. A expectativa é que essa primeira etapa seja enviada ao Congresso até o fim do ano.

O PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2025 não prevê a atualização da tabela do IR no ano que vem, o que ameaça a isenção para quem recebe até dois salários mínimos.

No detalhamento da peça orçamentária, o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, apontou a necessidade de uma nova medida de compensação para a perda de receita, caso o governo decida manter o limite atual de isenção.

Nathalia Garcia/Folhapress

PF investiga desvios em obra paga com emenda de candidato à sucessão de Lira

A Polícia Federal realizou operação na manhã desta quinta-feira (12) para apurar desvios em obra de R$ 5 milhões realizada em Patos (PB) e custeada por emenda indicada pelo deputado Hugo Motta (Republicanos-PB).

Filho do prefeito de Patos, Nabor Wanderley, o deputado é candidato a suceder Arthur Lira (PP-AL) no comando da Câmara dos Deputados.

A assessoria de Hugo Motta afirmou que o parlamentar não é investigado nem suspeito.

Em nota, a PF disse que relatórios de auditoria da CGU (Controladoria-Geral da União) identificaram "indícios de conluio entre licitantes, cláusulas restritivas de concorrência no edital, superfaturamento em aditivos contratuais e manipulação de planilhas".

A Justiça Federal ainda autorizou "sequestro de bens móveis e imóveis pertencentes aos investigados, no valor de R$ 269.108,21, referente ao superfaturamento identificado", segundo a PF.

A operação foi realizada em conjunto com o Ministério Público Federal e a CGU (Controladoria-Geral da União). Se as suspeitas forem comprovadas, os investigados poderão responder por crimes como frustração do caráter competitivo, pagamento irregular em contrato administrativo, peculato, crimes tributários e lavagem de capitais, segundo a PF.

O contrato de R$ 4,2 milhões para obra de restauração de avenidas e ruas do município foi assinado em 2021 entre a prefeitura de Patos e a empresa Cesarino Construções. O valor dos serviços alcançou R$ 5,07 milhões após aditivo contratual.

A investigação aponta que a construtora apresentou um desconto para vencer a disputa pelo contrato e, mais tarde, utilizou aditivos para aumentar o valor da obra e desviar recursos, segundo apurou a Folha de S.Paulo.

Folhapress

Nunes marca 27% entre os mais pobres, Boulos tem 21%, e Marçal, 13%, aponta Datafolha

O atual prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), aparece com 27% das intenções de voto entre a população mais pobre de São Paulo. Os dados são do mais recente levantamento realizado pelo Datafolha.

Pela margem de erro, que nesse segmento é de 5 pontos para mais ou para menos, ele está empatado com Guilherme Boulos (PSOL), que tem 21%. Pablo Marçal (PRTB) registra 13% -tecnicamente empatado com o deputado psolista.

Na sequência, ainda no mesmo grupo de paulistanos que recebem menos de dois salários mínimos, aparecem José Luiz Datena (PSDB), com 9%, Tabata Amaral (PSB), com 8%, e Marina Helena (Novo), com 4%.

Entre os paulistanos que recebem entre 2 e 5 salários mínimos, Nunes (28%), Boulos (25%) e Marçal (23%) estão tecnicamente empatados, segundo a pesquisa. Nesse grupo, a margem de erro é de 4 pontos percentuais para mais ou para menos. Tabata registra 8%, Datena aparece com 5%, e Marina, com 2%.

Já entre aqueles que ganham mais do que 5 salários mínimos, Boulos aparece numericamente à frente, com 34% das intenções de voto. Pela margem de erro, que é de 6 pontos percentuais, o deputado do PSOL está empatado com Nunes que tem 23%. Nessa faixa de renda, Marçal registra 21%, Tabata, 9%, Datena, 4%, e Marina, 1%.

A pesquisa Datafolha foi contratada pela Folha. O levantamento foi realizado presencialmente com 1.204 pessoas de 16 anos ou mais em São Paulo nos dias 10 e 12 de setembro. Foi registrado no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) sob o número SP-07978/2024. O nível de confiança é de 95%.

O desempenho de Boulos no Datafolha entre eleitores que poderiam ser conquistados pela entrada de Lula (PT) tem frustrado as expectativas de aliados que esperavam avanço do candidato na camada mais pobre do eleitorado e deve forçar uma presença maior do presidente na campanha.

Folhapress

Yolo Bank, fintech para frear inadimplência universitária, capta pré-seed de R$ 3 milhões

Quando teve a oportunidade de estudar fora do Brasil e precisou fazer o pagamento em apenas duas semanas, Mauro Yolo conheceu de perto a dificuldade de conseguir financiamento no banco para os estudos. Ao perceber que outras pessoas poderiam estar vivenciando o mesmo, ele decidiu fundar a Yolo Bank, uma fintech que utiliza inteligência artificial para prever a inadimplência de estudantes universitários. A startup acaba de levantar um pré-seed de R$ 3 milhões com a Marathon Ventures.

O DNA empreendedor vem da família – os avós e os pais fundaram indústrias de café e chocolate –, mas a fintech não é a primeira incursão de Yolo no mundo das startups. Antes, ele já havia fundado a Vicen, que identificava por meio da saliva qual especiaria tornaria o gim mais palatável para os consumidores. A tecnologia foi adquirida por uma empresa internacional produtora de destilados.

Parte do capital da venda – R$ 1 milhão – foi utilizada para tirar a Yolo Bank do papel, em 2023. A tecnologia foi desenvolvida a partir das dores que ele ouviu ao fazer palestras em universidades e entender o comportamento dos estudantes em relação às finanças. A primeira versão da conta digital para esse público atraiu 400 mil solicitações de abertura no ano passado e despertou o interesse das reitorias.

A instituição de ensino contrata a Yolo Bank e tem acesso a uma plataforma SaaS que oferece visibilidade do fluxo financeiro, com a IA apontando o risco de inadimplência dos estudantes com 10 dias de antecedência, possibilitando a notificação das pessoas. "Nós aumentamos a geração de receita das universidades. Caso a dívida seja direcionada para uma empresa de cobrança, são oferecidos descontos de até 85%. No nosso modelo, a inadimplência não vai para a Serasa porque entendemos o comportamento e sabemos quanto o estudante pode pagar", aponta.

Portal Fusões&Aquisições

Weg anuncia aquisição da Volt Eletric Motors, da Turquia, por US$ 88 milhões

A Weg anunciou nesta quinta-feira, 12, a aquisição da Volt Eletric Motors, fabricante turco de motores elétricos industriais e comerciais e subsidiaria do Grupo Saya, no valor de US$ 88 milhões a serem pagos no final da transação, estando sujeito a ajustes de preço comuns a esse tipo de operação, disse a empresa em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Com o acordo, a Weg irá assumir o controle total da Volt, incorporando uma equipe de 690 funcionários e uma fábrica de 27 mil metros quadrados voltada para o desenvolvimento e fabricação de motores industriais e comerciais, com potências até 450 kW. Em 2023, a Volt registrou uma receita operacional líquida de US$ 70 milhões, com uma margem Ebitda de 18,5%.

Essa aquisição está alinhada à estratégia de crescimento do negócio de motores industriais e comerciais da Weg, disse a empresa, pois permitirá ampliar a presença e oferta de produtos em mercados estratégicos como o Leste Europeu, Oriente Médio, Ásia Central e Norte da África.

A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias necessárias relativas à transação.

IstoÉDinheiro

Novato na Faria Lima, banqueiro de 40 anos chama atenção por aquisições em série

Novato na Faria Lima, Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, tem atraído atenção do mercado financeiro desde que comprou 80% do projeto Fasano Itaim, que reúne hotel, torre residencial e restaurantes, no fim de 2022. Neste ano, ele voltou a surpreender o setor com a aquisição do Banco Voiter e do Will Bank.

Considerado por seus pares mais experientes como um jovem de empreendedorismo agressivo, o mineiro de 40 anos, que assumiu o controle do Banco Máxima em 2019 e o rebatizou como Master em 2021, quer elevar a meta de crescimento da instituição.

Segundo a empresa, a meta de R$ 5 bilhões em patrimônio líquido será alcançada até dezembro, um ano antes do previsto. O novo objetivo é chegar a R$ 10 bilhões em 2026 em 2018, o patamar girava em torno de R$ 30 milhões, segundo a instituição.

Seu nome também repercute no noticiário pela realização de eventos luxuosos, que incluem conferências com ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) no exterior e a festa de 15 anos da filha com show do DJ Alok.

Recentemente, a instituição voltou à pauta quando a Caixa Asset tirou o cargo de três funcionários que se opuseram à compra de R$ 500 milhões em letras financeiras do Banco Master. O trio de gestores questionou a capacidade de pagamento do Master e argumentou que a operação poderia gerar risco reputacional para a estatal.

Maurício Quadrado, sócio de Vorcaro no Master, foi citado em delação noticiada em 2018 que relatou suposto pagamento de propina para viabilizar uma operação do FGTS, gerido pela Caixa.

"Essa delação que aventou essa hipótese já foi arquivada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, inclusive com parecer favorável do Ministério Público Federal, órgão responsável por formalizar acusações criminais", diz Hugo Leonardo, advogado de Quadrado.

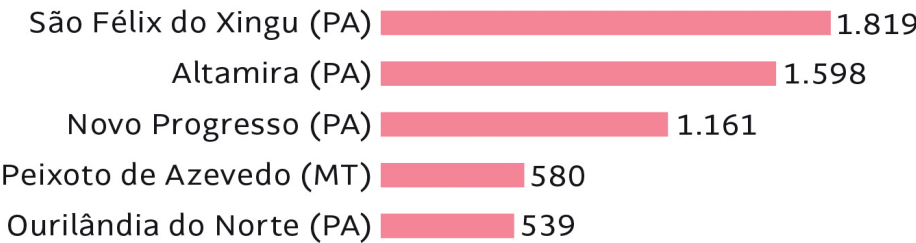
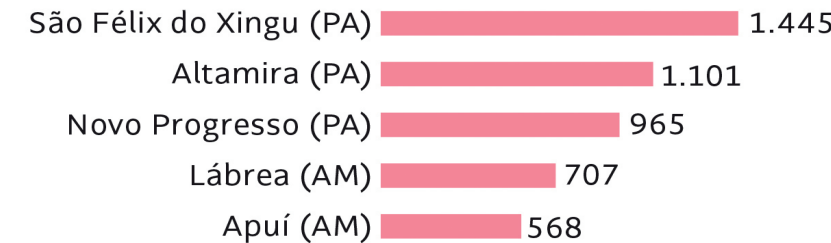
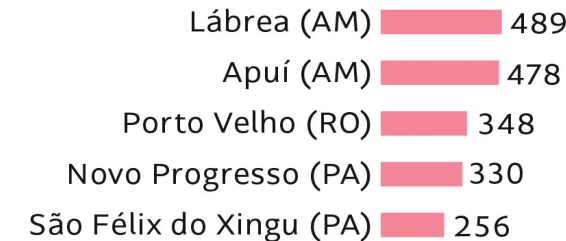
Vorcaro refuta o parecer dos gestores da Caixa.

Portal Fusões&Aquisições

Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://datamercantil.com.br/publicidade-legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Publicidade Legal

As 10 cidades com a pior qualidade do ar hoje

Índice do nível de qualidade em cada cidade entre as 120 maiores monitoradas

ARMCO DO BRASIL S.A.

CNPJ/MF Nº 71.586.952/0001-87 - NIRE Nº 35.300.136.764

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em AGOE, que se realizará no dia **19/09/2024** às 14 horas, na filial estabelecida na Av. Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, nº. 2.705, Jacareí - SP, para, nos termos dos Artigos 121 e seguintes da Lei no. 6.404/76, deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Deliberar sobre: **I. AGO -** 1. Aprovação dos resultados financeiros até 31/12/2023; 2. Fixar a remuneração global da Diretoria para o exercício de 2024 e 2025; 3. Ratificar a discrepância verificada entre o montante da remuneração estabelecida e a efetivamente paga para o exercício findo e **II. AGE -** 1. Eleição do Conselho de Administração para o biênio 2024 a 2026; 2. Eleição da Diretoria para o biênio 2024 a 2026; 3. Consolidar o Estatuto Social em vigor. Informações Gerais: 1. Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na AGE, ora convocada, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Cia. 2. Conforme art. 135 da Lei 6.404/76, a Assembleia será instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem 2/3, no mínimo, do capital com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda com qualquer número. 3. O acionista pode ser representado na assembléia-geral por procurador constituído há menos de 1 ano, que seja acionista, administrador da Cia ou advogado. São Paulo, 10 de setembro de 2024. LEVON KESSADJIKIAN - Presidente do Conselho de Administração. (11, 12 e 13/09/2024)

Barcelona Holding Familiar Ltda.

CNPJ: 54.799.744/0001-47 - NIRE: 35263715794

Ata de Reunião do Sócio Único

Aos 02 (dois) de setembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro) as 09:30hs, na sede da sociedade limitada unipessoal **Barcelona Holding Familiar Ltda.** sito a Avenida Corifeu de Azevedo Marques, nº 2400, Burgo Paulista, São Paulo, Capital, CEP 05.340-900, com seu contrato de constituição arquivado na JUCESP sob NIRE **35263715794**, inscrita no CNPJ sob nº **54.799.744/0001-47**, na presença do sócio único o Sr. **Augusto César Moreira Franco,** brasileiro, solteiro, maior, empresário, natural da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, nascido no dia 12/08/1962, portador da cédula de identidade RG nº 04.304.728-1-DETRAN/RJ, inscrito no CPF nº 069.503.598-37, residente à Av. Divino Salvador, 398 - apto 82 - Planalto Paulista - São Paulo/SP CEP 04078-011, representando a totalidade do capital social, dispensando-se assim as formalidades de convocação, conforme o artigo 1.072, parágrafo 2º, do Código Civil. A mesa foi composta por **Augusto César Moreira Franco,** acima qualificado, como presidente da mesa e Sra. **Tatiane Aparecida de Carvalho,** brasileira, casada, contadora, portadora da cédula de identidade RG nº 34. 572.676-5-SSP/SP, inscrita no CPF nº 326.649.338-92, residente na Rua Cruzeiro do Sul nº 430, Condomínio dos Pássaros, Chácara do Solar II, Santana de Parnaíba-SP, CEP 06528-070, como secretária da mesa, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **I) Redução do Capital Social**: O sócio único decidiu proceder à redução do capital social nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil. Em decorrência da redução aprovada, o capital social da sociedade passa de R$ 63.806.476,00 (sessenta e três milhões, oitocentos e seis mil, quatrocentos e setenta e seis reais) para R$ 33.985.721,00 (trinta e três milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, setecentos e vinte um reais), mediante o cancelamento de R$ 29.820.755,00 (vinte e nove milhões, oitocentos e vinte mil, setecentos e cinquenta e cinco) quotas sociais da sociedade, com valor nominal de R$ 1,00 (um) real cada uma. **II) Amortização de Prejuízo**: Foi deliberado que a redução do capital social será realizada através da amortização do prejuízo contábil acumulado na empresa que totaliza R$ 29.820.755,00 (vinte e nove milhões, oitocentos e vinte mil, setecentos e cinquenta e cinco reais) e reduzindo para R$ 33.985.721,00 (trinta e três milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, setecentos e vinte um reais). **III) Alteração do Contrato Social**: Em razão da deliberação anterior, o artigo 5º (quinto) do contrato social será alterado para refletir o novo capital social, que passará a ser de R$ 33.995.721,00 (trinta e três milhões, novecentos e noventa e cinco mil, setecentos e vinte e um reais), totalmente subscrito e integralizado. **IV) Registro e Publicação**: Fica autorizado o sócio único a promover o arquivamento da presente ata e a alteração do contrato social junto à Junta Comercial do Estado de São Paulo, após o prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação, na forma do artigo 1.084, § 3º, do Código Civil. Nada mais havendo a tratar, a secretaria lavrou a presente ata e executou a sua leitura, que em seguida foi assinada pelo sócio e presidente da mesa e pela secretária. **Augusto César Moreira Franco -** ***Barcelona Holding Familiar Ltda. Sócio Único e Presidente;*** **Tatiane Aparecida de Carvalho -** ***Secretária.***

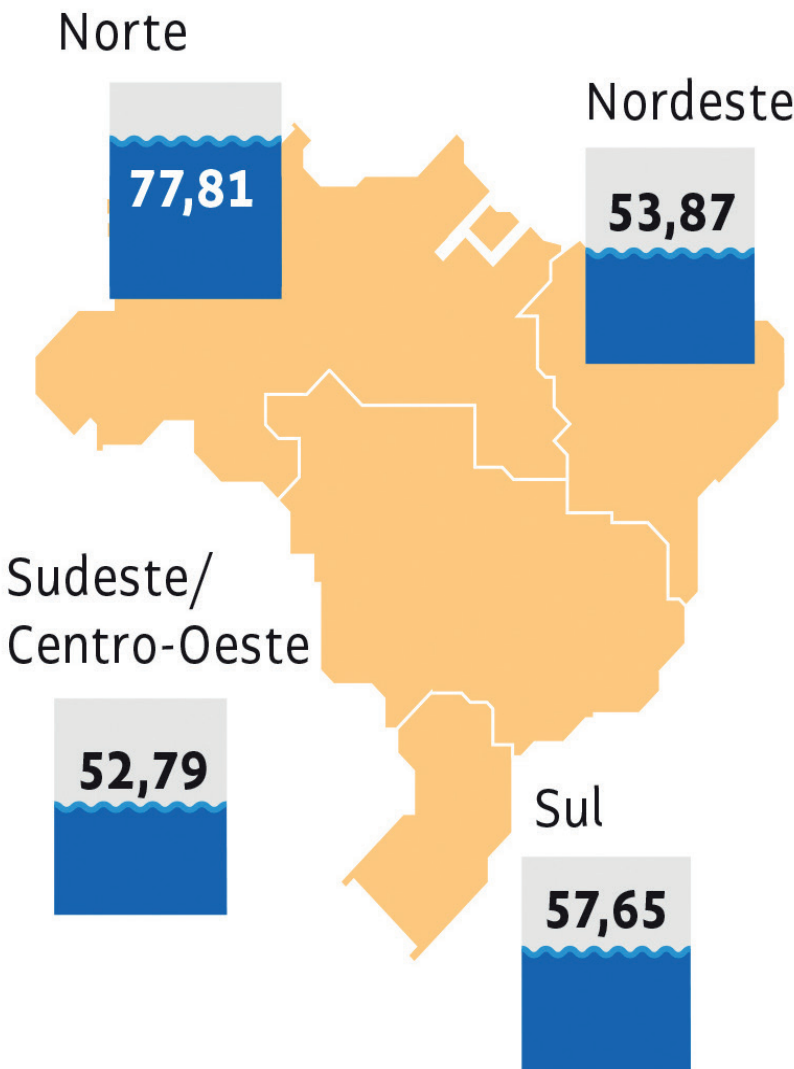
Cidades com mais focos de incêndio no Brasil

Número de focos por semana

São consideradas as cidades que tenham ao menos 30 focos em cada período

Fonte: BDQueimadas/Inpe

Nível dos reservatórios brasileiros*

Por região, em %

*Em 10/09/2024
Fonte: ONS

Publicidade Legal

Jaeger S.A.

(em organização)

Ata da Assembleia Geral de Constituição, realizada em 30 de abril de 2024

Data/Hora/Local: Em 30/04/2024, 10hs, na cidade de São Paulo/SP. **Convocação e Presença:** Presente os acionistas fundadores, representando a totalidade do capital social Companhia. **Mesa:** Presidente, Sr. Mauro Gamberi; Secretário, Sr. Stéfano Furlani Malvezi. **Deliberações aprovadas:** 5.1. Aprovar a constituição de sociedade por ações de capital fechado com a denominação social "**Jaeger S.A.**", com sede em São Paulo/SP; 5.2. Aprovar o capital social da Companhia em R$ 500,00, com a emissão de 500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 cada, todas subscritas e parcialmente integralizadas, nesta data, pelos Acionistas, nos termos de seus respectivos Boletins de Subscrição. 5.2.1. As ações ordinárias emitidas no aumento do capital ora aprovado serão igualmente subscritas e integralizadas pelo (i) **Quality Golden Service - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, CNPJ nº 27.817.491/0001-14 ("FIP Quality Golden"), representado por sua gestora **WNT Gestora de Recursos Ltda.**, CNPJ nº 28.529.686/0001-21, autorizada à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório nº 15.962, de 14/11/2017 ("WNT"); e pelo (ii) **Lunar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, CNPJ n° 29.883.222/0001-81 ("FIP Lunar"), representado por sua gestora, WNT, nos termos dos boletins de subscrição. 5.3. Aprovar a eleição do diretor, qualificado abaixo, para compor a Diretoria da Companhia, com mandato unificado de até 3 anos: (i) Sr. **Mauro Gamberi**, brasileiro, administrador, para o cargo de Diretor Sem Designação Específica. 5.3.1. O membro da Diretoria ora eleito firma o termo de posse nesta data. O membro da Diretoria ora eleito declara sob a pena da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. 5.4. Aprovar a remuneração anual global dos diretores para o presente exercício social no valor de até R$ 100.000,00. Caberá à Assembleia Geral a delimitação e a alocação da remuneração entre os membros da Diretoria; 5.5. Aprovar, sem quaisquer ressalvas, o Estatuto Social da Companhia. Nada mais. São Paulo, 30/04/2024. Advogado Responsável: **Raquel Blascovi de Assis,** OAB/SP 434.566. JUCESP/NIRE nº 3530064155-8 em 02/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social. Capítulo I. Da Denominação, Sede, Objeto e Duração.** **Artigo 1º** A **Jaeger S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, que se regerá por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, podendo adotar outro tipo jurídico, sendo seu prazo de duração indeterminado, encerrando suas atividades com a observância das disposições legais e estatutárias ("Companhia"). **Artigo 2º** A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.811, escritório 1.119, Jardim Paulistano, CEP 01452-001. **Artigo 3º** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("*holding*") – CNAE 6462-0/00. **Artigo 4º** A critério da diretoria, a Companhia poderá instalar, manter ou extinguir filiais, agências, escritórios, depósitos e quaisquer estabelecimentos, necessários ao desempenho das atividades consubstanciadas no objetivo social, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, respeitadas as prescrições e exigências legais pertinente. **Capítulo II. Do Capital.** **Artigo 5º** O capital social é de R$ 500,00, representado por 500 ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo R$ 50,00 integralizados e R$ 450,00 a integralizar no prazo de 12 meses a partir de 30/04/2024. **§1º** - Cada ação corresponde a um voto nas deliberações sociais, as ações representativas do capital social são indivisíveis, e, em relação à Companhia, são ordinárias nominativas. **§2º** - As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela Assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **§3º** - Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Capítulo III. Da Assembleia Geral.** **Artigo 6º** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **§1º** - A Assembleia Geral será presidida por acionistas ou diretor eleito no ato, que convidará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. **§2º** - As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de voto, não computando os votos em branco. **Capítulo IV. Da Administração.** **Artigo 7º** A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por no mínimo 1 e no máximo 10 membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos por até 3 anos pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, o diretor continuará no exercício de seu cargo, até a posse dos novos eleitos. **§1º** – O diretor fica dispensado de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **§2º** - A investidura dos diretores nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio. **§3º** - A remuneração global da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral Ordinária, ficando asseguradas, desde já, retiradas mensais a título de *pro labore*. **Artigo 8º** No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo 9º** A diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. **Artigo 10º** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no artigo nono competem a qualquer diretor, agindo isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador(es) dar-se-á pela assinatura isolada de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a 1 ano, exceto em relação às procurações "*ad judicia*", as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **§Único** - Dependerão da aprovação de acionistas representando a maioria do capital social a prestação de avais, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo 11º** Compete à diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo V. Conselho Fiscal.** **Artigo 12º** A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 03 membros e, no máximo, 05 membros em caráter não-permanente, e igual número de suplentes, acionistas ou não, sendo que este somente se instalará a requerimento de acionistas, na forma do disposto no art. 161 da Lei nº 6.404, sendo que a competência do Conselho Fiscal é prevista no art. 163 do mesmo diploma. **§Único** – Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 ano, permitida a reeleição. **Artigo 13º** Caso seja solicitado seu funcionamento, assumem os eleitos, e, para investidura no cargo, será necessário que cada um prove os requisitos legais. Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após sua instalação. **Capítulo VI. Disposições Gerais.** **Artigo 14º** O exercício social da Companhia coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Companhia preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. **§Único** – Em observância ao disposto no Artigo 8º, inciso VI do Anexo Normativo IV da Resolução CVM nº 175, de 23/12/2022, as demonstrações contábeis da Companhia deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM. **Artigo 15º** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei. **Artigo 16º** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá preparar balanços intercalares a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Artigo 17º** A Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. **Artigo 18º** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. **Artigo 19º** A Companhia não poderá emitir, ou manter em circulação, partes beneficiárias. **Artigo 20º** A Companhia, seus acionistas e seus administradores, conforme o caso, deverão observar as regras de governança previstas no artigo 8º do Anexo Normativo IV da Resolução CVM nº 175, de 23/12/2022, inclusive: (a) a disponibilização para os acionistas de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia; e (b) no caso de abertura de capital da Companhia, aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa compatíveis com os níveis estabelecidos para o segmento Novo Mercado da BM&F Bovespa, ou similar que venha a substituí-lo. **Artigo 21º** A Companhia e seus acionistas obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei 6.404, de 15/12/1976 e no Estatuto Social da Companhia. **Artigo 22º** Sem prejuízo da cláusula arbitral, fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir as questões oriundas do presente Estatuto Social, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. São Paulo, 30/04/2024.

Elekeiroz S.A.

CNPJ nº 13.788.120/0001-47 - NIRE 35300323971

Ata Sumária da Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2024

Data/Hora/Local: 26/04/2024, 10hs, em Várzea Paulista/SP, realizada por teleconferência. **Mesa:** Domingos Fortunato Neto (Presidente); Ricardo Tadeu Rovida Silva (Secretário). **Convocação:** Dispensada a convocação. Presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Deliberações aprovadas: 1.** aprovada as Contas dos Administradores e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023; dispensada a leitura desses documentos, que foram publicados no Jornal de Jundiaí . **2.** aprovada a destinação do prejuízo líquido do exercício de 2023 no valor de R$ 108.215.616,48, para a conta de lucros e prejuízos acumulados. **3.** aprovada e ratificar a verba global para a remuneração total dos administradores da Sociedade (membros do Conselho de Administração e da Diretoria), independentemente do ano em que os valores forem efetivamente atribuídos ou pagos, cabendo ao Conselho de Administração a distribuição dessa verba entre os administradores. Nada mais. Várzea Paulista (SP), 26/04/2024. **Domingos Fortunato Neto**, Presidente da Assembleia; **Ricardo Tadeu Rovida Silva**, Secretário. ***Acionista presente:*** Dofra S.A. JUCESP nº 260.429/24-7 em 04/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

DM Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 16.581.207/0001-37 – NIRE 35.300.439.295

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de janeiro de 2024

Data, Hora e Local: 10/01/2024, às 09h00, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa**: Denis Cesar Correia, como Presidente, e Tharik Camocardi de Moura, como Secretário. **Ordem do Dia**: (i) Inclusão da DM Instituição de Pagamento S.A. ("DM IP"), como Fiadora nas seguintes operações: • 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da **FortBrasil Alfa Securitizadora S.A.**, Lastreadas em Direitos Creditórios Financeiros, nos termos da respectiva Escritura de Emissão, no valor de **R$ 60.000.000,00**, com vencimento em 15/03/2028; • 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da **FortBrasil Securitizadora S.A.**, no valor de **R$ 83.665.280,00**, com vencimento em 10/06/2026 e, • 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da **FortBrasil Securitizadora S.A.**, no valor de **R$ 125.000.000,00**, com vencimento em 10/06/2026. **5. Deliberações**: Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade dos votos e sem quaisquer restrições, resolveram: **(i)** Aprovar as matérias constantes da Ordem do Dia, outorgando as fianças necessárias, em cada operação citada, nos termos do respectivo aditamento às escrituras das emissões, conforme disposto no item 4. "i" acima. **Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. **Assinaturas.** Mesa: Presidente – **Denis César Correia**; Secretário – **Tharik Camocardi de Moura**. Acionistas: **DMCore Holding Financeira S.A.**, representada por Denis Cesar Correia e Tharik Camocardi de Moura e **Denis Cesar Correia.** Diretores: **Denis César Correia**, **Tharik Camocardi de Moura**. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 28.076/24-2 em 22/01/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

GHFarm Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 33.295.436/0001-04 – NIRE 35.235.495.670

Ata de Assembleia de Sócios

Data, Hora e Local: 31/05/2024, às 10:00 horas, na sede social da Sociedade. **Presença:** Sócios representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Rafael Benatti Pilla**. Secretário: **Hiram Maisonnave Junior**. Deliberações: Foram aprovados: 1. Nomeação da Efforts Profissionais Contábeis Ltda., que avaliou o acervo líquido da Sociedade a valor contábil na data-base de 30/04/2024; 2. Protocolo e Justificação de Incorporação da GHFarm Participações Ltda. pela Farm Investimentos e Participações Ltda.; 3. Laudo de Avaliação; 4. Incorporação da Sociedade pela Farm Investimentos e Participações Ltda. e sua extinção; 5. Autorização dos administradores da Sociedade a tomar todas as medidas necessárias para efetivar e cumprir as deliberações ora tomadas. São Paulo, 31/05/2024. JUCESP nº 266.986/24-9 em sessão de16/07/2024.

Oliveira & Silva Contadores Associados Ltda.

CNPJ/MF nº 17.424.229/0001-56

Edital de Convocação

Na qualidade de administradora da **Oliveira & Silva Contadores Associados Ltda.**, convoco os sócios a comparecerem à Reunião de Sócios, a ser realizada na sede da sociedade na Rua Hungria, 664, 1º andar, conjunto 13-A, Jardim Europa, São Paulo/SP, no próximo dia 23/09/2024, com início às 10h00, em primeira convocação, ou às 10h30 do mesmo dia, em segunda convocação, para deliberar sobre: i) a modificação do contrato social para inclusão de cláusula de exclusão extrajudicial de sócio nos termos do artigo 1.085 do Código Civil; e ii) as graves condutas praticadas pela sócia **Livia Regina da Silva**, CPF 127.190.838-79, contrárias aos interesses sociais, bem como quanto a sua exclusão extrajudicial do quadro societário. ***Carla Cristina de Oliveira Poletti*** *– Administradora.* (13, 16 e 17/09/2024)

RPHM Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 31.602.152/0001-98 – NIRE 35.235.356.041

Ata de Reunião de Sócios

Data, Hora e Local: 31/05/2024, às 11:00 horas, na sede social da Sociedade. **Presença:** Sócios representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Rafael Benatti Pilla. Secretário: Hiram Maisonnave Junior. **Deliberações:** Foram aprovados: 1. Nomeação da Efforts Profissionais Contábeis Ltda., que avaliou o acervo líquido da Sociedade a valor contábil na data-base de 30/04/2024; 2. Protocolo e Justificação de Incorporação da RPHM Participações Ltda. pela Farm Investimentos e Participações Ltda; 3. Laudo de Avaliação; 4. Incorporação da Sociedade pela Farm Investimentos e Participações Ltda. e sua extinção; 5. Autorização dos administradores da Sociedade a tomar todas as medidas necessárias para efetivar e cumprir as deliberações ora tomadas. São Paulo, 31/05/2024. JUCESP nº 266.985/24-5 em sessão de 16/07/2024.

Farm Investimentos e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 33.121.514/0001-54 – NIRE 35.235.480.842

7ª Alteração e Consolidação do Contrato Social

RPHM Participações Ltda., Ricardo Bento Alves, Enio Camargo da Silva, Marcelo Martins Leobaldo, Rodrigo Gabriel Ribeiro de Deus, Caio Matheus Putti Silva, Carina Gisela de Moraes, Carolina Pachler, Henrique Bonin Gonçalves, Johny Nogueira Chaves, Luyse Insua Blanco Halada, Marcelo Milani, Mariana Augusta Vieira Ranieri Hercowitz, Nelson de Freitas Heleno, Paula Cabral Panitz Santos, Ralyne Gama Pinori e Rodrigo Costa Lima Ferreira, únicos sócios da Sociedade, e, ainda, na qualidade de sócios ingressantes, Hiram Maisonnave Junior, Leandro Mendes Ferreira, Noele Bianca da Silva, Paulo Rogerio Santos de Souza e Rafael Benatti Pilla, aprovam: 1. Protocolo e Justificação de Incorporação da GHFarm Participações Ltda. pela Farm Investimentos e Participações Ltda. e Protocolo e Justificação de Incorporação da RPHM Participações Ltda. pela Farm Investimentos e Participações Ltda.; 2. Nomeação da Efforts Profissionais Contábeis Ltda., que avaliou o acervo líquido da GHFarm Participações Ltda. e da RPHM Participações Ltda. a valor contábil na data-base de 30/04/2024; 3. Laudo de Avaliação da GHFarm Participações Ltda. e da RPHM Participações Ltda.; 4. Incorporação da GHFarm Participações Ltda. e da RPHM Participações Ltda. pela Sociedade; 5. Extinção da GHFarm Participações Ltda. e da RPHM Participações Ltda.; 6. Consolidação do Contrato Social da Farm Investimentos e Participações Ltda. São Paulo, 31/05/2024. JUCESP nº 266.984/24-1 em sessão de 16/07/2024.

Dock Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 03.645.772/0001-79 – NIRE 35.300.191.234

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de agosto de 2024

Data, Horário e Local: Em 28/08/2024, às 09h000, na sede social da Companhia, na Avenida Tamboré, nº 267, Torre Sul, Edifício Canopus Corporate Alphaville, 27º andar, conjunto 271-A, Alphaville, Barueri-SP. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista o comparecimento de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Marcelo Prudência Jacques; e Secretário: Duilio de Oliveira Beneduzzi. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos: (I)** nos termos do artigo 13, (xii) do Estatuto Social da Companhia, a realização, pela Companhia, da 2ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, no valor total de R$ 30.000.000,00 ("Notas Comerciais Escriturais" e "2ª Emissão", respectivamente) na Data de Emissão (conforme definido abaixo), as quais serão objeto de colocação privada; **(II)** a celebração do *"Termo de Emissão da Segunda Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série única para Colocação Privada da Dock Tecnologia S.A."* entre a Companhia, na qualidade de emissora, e **Banco ABC Brasil S.A.,** CNPJ/MF nº 28.195.667/0001-06, na qualidade de titular das Notas Comerciais Escriturais ("Termo de Emissão" e "Titular das Notas Comerciais Escriturais"); **(III)** a autorização e delegação de poderes à diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à realização da 2ª Emissão, incluindo, mas não se limitando, à discussão, negociação, definição dos termos e condições da 2ª Emissão e/ou das Notas Comerciais Escriturais, bem como a celebração do Termo de Emissão e seus respectivos eventuais aditamentos, ou ainda dos demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da 2ª Emissão; e **(IV)** a autorização para a diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à constituição das garantias necessárias para a realização da 2ª Emissão, incluindo, mas não se limitando, à discussão, negociação, definição dos termos e condições dos instrumentos de garantia pertinentes, bem como a celebração de seus respectivos eventuais aditamentos; e **(V)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, para a realização da 2ª Emissão e constituição de suas garantias. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Barueri, 28/08/2024. Ass.: Mesa: **Marcelo Prudência Jacques** – Presidente; **Duilio de Oliveira Beneduzzi** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 337.191/24-4 em 09/09/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC -
R$ 5,6548 / R$ 5,6554 **
Câmbio livre mercado -
R$ 5,620 / R$ 5,622 *
Turismo - R$ 5,667 /
R$ 5,847
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado
no dia: -0,56%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: -0,48%
Pontos: 134.029
Volume financeiro:
R$ 16,798 bilhões
Maiores altas: Natura ON (3,65%), CSN Mineração ON (3,27%), Raízen PN (2,34%)
Maiores baixas:
Hypera ON (-3,01%),
CVC ON (-2,67%),
Azul PN (-2,65%)
S&P 500 (Nova York): 0,75%
Dow Jones (Nova York): 0,58%
Nasdaq (Nova York): 1,0%
CAC 40 (Paris): 0,52%
Dax 30 (Frankfurt): 1,03%
Financial 100 (Londres): 0,57%
Nikkei 225 (Tóquio): 3,41%
Hang Seng (Hong Kong): 0,77%
Shanghai Composite (Xangai): -0,17%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,43%
Merval (Buenos Aires): 2,85%
IPC (México): 1,57%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Novembro 2023: 0,28%
Dezembro 2023: 0,56%
Janeiro 2024: 0,42%
Fevereiro 2024: 0,83%
Março 2024: 0,16%
Abril 2024: 0,38%
Maio 2024: 0,46%
Junho 2024: 0,21%
Julho 2024: 0,38%

Bayer quer ser a marca dos brasileiros que se cuidam; entenda

Ela faz parte da nossa vida. Desde manhã, quando hidratamos o rosto antes de partir para a rotina, a Bayer está lá. Presente na casa dos brasileiros há 128 anos, a companhia quer ser conhecida como parceira no autocuidado das pessoas, em todas as fases da vida, com seus mais de 170 produtos para todas as situações do dia a dia, desde dermatológicos, vitamínicos, nutricionais, antifúngicos, analgésicos e antialérgicos. Aspirina, Bepantol, Claritin, Gino- Canesten e Redoxon são os best sellers da divisão Consumer Health, os conhecidos produtos de balcão (OTC, na sigla em inglês para os que medicamentos sem prescrição médica) da Bayer.

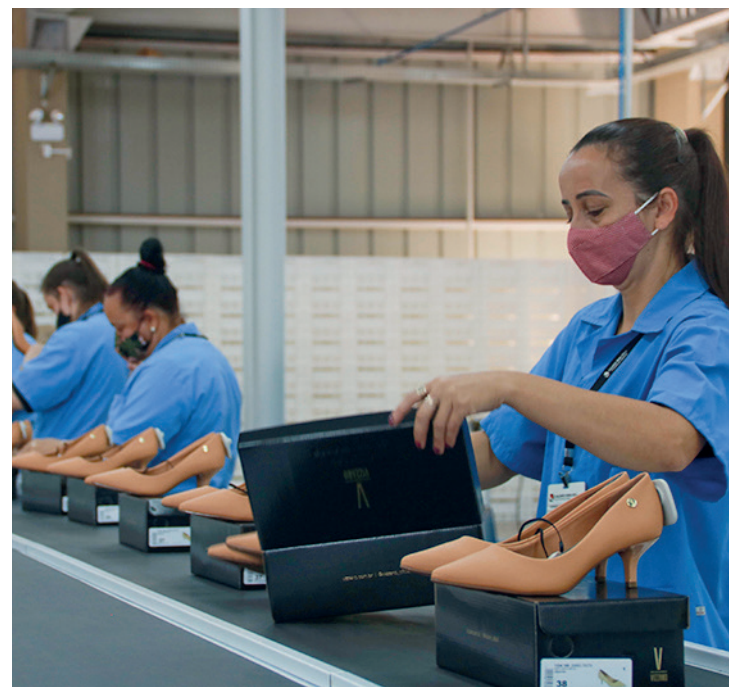
Liderada há oito anos por Sydney Rabello, a divisão brasileira de cuidados pessoais da Bayer (Bayer Consumer Health) vem colhendo bons resultados nas vendas. Em 2022 a operação cresceu 12% na comparação com 2021, e, em 2023, avançou 17% ante 2022. No contexto global a Consumer Health avançou 6,3% no ano passado, enquanto a empresa como um todo viu seu faturamento encolher 1,2%. "Essa queda global de 1,2% está levando a companhia a uma transformação cultural, onde estamos buscando um modelo de governança mais descentralizado, removendo barreiras hierárquicas e dando maior autonomia ao time, mais agilidade para a tomada de decisões na ponta, reduzindo a burocracia", afirmou Rabello. O faturamento total da Bayer foi de 47,5 bilhões de euros em 2023, desse montante, a divisão de cuidados de saúde representou 12,7%, ou 6,3 bilhões de euros. Atualmente, o mercado brasileiro de consumo é o maior da América Latina, sendo três vezes maior que o do México, segundo da Bayer. Com isso em mente, a divisão tem investido em inovações e alguns lançamentos previstos para os próximos dois anos que prometem alavancar o negócio, além ampliar sua atuação no e-commerce, onde já atua, mas projetando uma expansão para outras regiões do País e para supermercados online.

IstoÉDinheiro

Produção de calçados cresce 3,9% de janeiro a julho ante mesmo período de 2023, diz Abicalçados

A produção de calçados cresceu 3,9% entre janeiro e julho no comparativo com o mesmo período do ano passado. Nos sete meses computados, foram produzidos 500,7 milhões de pares de calçados. Os dados são elaborados pela Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), com base nos índices do IBGE.

"A produção calçadista deve encerrar o ano com crescimento sustentado, principalmente, pelo mercado doméstico, mesmo com uma expectativa de gradual melhora do cenário internacional ao longo do segundo semestre", comenta a coordenadora de Inteligência de Mercado da Abicalçados, Priscila Linck.

A Abicalçados organiza no fim do mês o evento Análise de Cenários com dados de consumo, exportações, importações e empregos no setor. O evento é gratuito e acontecerá de forma presencial entre 30 de setembro e 9 de outubro nos polos calçadistas de Franca, Jaú e Birigui, no Estado de São Paulo, além do formato online. IstoÉDinheiro

Samarco quer retomar 60% de produção anterior à tragédia de Mariana até início de 2025

A Samarco quer começar o ano que vem produzindo 60% da quantidade de minério de ferro que registrava antes da tragédia de Mariana, em 2015. A mineradora, que está em recuperação judicial, retomou as atividades na cidade ainda em 2020 e hoje opera com 30% de sua capacidade instalada.

Para chegar a esse nível de produção, a empresa espera expandir o processo de filtragem dos rejeitos gerados na operação, tecnologia adotada pelas mineradoras após os desastres de Mariana e Brumadinho. Isso porque a empresa quer manter 80% de seus rejeitos a seco e não mais lamoso, como era antes do desastre.Na maioria das operações de extração de minério de ferro em Minas Gerais, as mineradoras utilizam grandes quantidades de água e compostos químicos para aumentar o teor do minério extraído.

Esse procedimento, porém, resulta em rejeitos lamosos, como aqueles liberados após o rompimento das barragens em Mariana e Brumadinho quanto menor o teor do minério, mais lama é gerada. Agora, para evitar tragédias semelhantes, algumas mineradoras, como Vale e Samarco, têm filtrado parte dessa lama e empilhado o produto a seco.

No caso da Samarco, só há filtragem de 80% do rejeito; os outros 20% são despejados em uma cava antes usada para a extração de minério. Especialistas pontuam, porém, que ainda que o empilhamento a seco seja mais seguro que o despejo em barragens, pode haver deslizamento das estruturas caso a umidade das pilhas não seja monitorada frequentemente.

De acordo com o diretor de operações da Samarco, Sérgio Mileipe, o processo de filtragem é a parte mais complicada da operação, o que faz a empresa planejar sua retomada de forma gradual até 2028, quando se espera que a produção volte ao total da capacidade instalada.

Só quando essa expansão do empilhamento a seco estiver pronta é que a empresa poderá acionar suas outras usinas de concentração do minério em Mariana e, consequentemente, de pelotização no Espírito Santo.

Pedro Lovisi/Folhapress